

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DELIBERAÇÃO PARTICIPATIVA NA FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE PROCESSUAL DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

Gabriela Cavalcanti Cunha

Especialista em políticas públicas e gestão governamental da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

E-mail: <gabriela.cunha@gmail.com>.

Regilane Fernandes da Silva

Analista técnico de políticas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

E-mail: <regilanefernandes@gmail.com>.

As conferências nacionais de políticas públicas enquadram-se em uma rede intrincada de instituições participativas que, apesar de possuírem trajetórias diferenciadas em termos de surgimento e utilização por parte do poder público, ganharam maior centralidade a partir de 2003. Este trabalho visou abordar a relação entre a mobilização social de atores públicos e privados no campo da economia solidária e a agenda dessas instituições participativas oficiais. Mais especificamente, buscou-se analisar como essa relação se deu ao longo do processo de interface socioestatal proporcionado pelas conferências nacionais, em especial a III Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), que ocorreu em 2014 e desencadeou na elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária (PNES). Nessa perspectiva, a intenção foi verificar a trajetória de construção institucional, a composição social da participação e as características das deliberações que resultaram, ao final de todo o processo conferencial, na pactuação de uma agenda nacional de ações estratégicas.

Para tanto, recorreu-se a diferentes técnicas de levantamento de dados. Além da observação participante dos autores, que estiveram presentes na coordenação da III Conaes, bem como nas conferências anteriores, foram usadas como insumo as atas de reuniões e resoluções do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que trataram exclusivamente sobre a realização das conferências, e uma série de publicações produzidas ao longo dos processos conferenciais (pré e pós-etapa

nacional), que forneceram informações sobre cada etapa ocorrida. Foram utilizados também o perfil do público envolvido, os eixos de discussão e as deliberações aprovadas. Todo esse arsenal de informações foi contrastado com uma ampla literatura já existente que aborda as múltiplas dimensões (regras de funcionamento, vantagens e contradições) das instituições de deliberação participativa no Brasil.

As discussões aqui apresentadas permitem compreender as Conaes como espaços participativos bastante relevantes na construção do desenho institucional de programas e políticas públicas na agenda governamental subjacentes a essa temática. Além do evento em si, que se materializa no encontro de um amplo contingente de pessoas para debates em sua etapa nacional, uma série de outras etapas e processos ocorreu tanto antes como depois. Por isso, as conferências podem ser consideradas como processos complexos de interface entre o poder público e a sociedade civil que deflagram experiências democráticas de deliberação participativa significativas em termos de legitimação política das demandas coletivas de distintos segmentos sociais.

Em particular, a III Conaes foi marcada por todos esses elementos e ainda apresentou componentes novos para a trajetória institucional da economia solidária na agenda governamental. Seu foco principal, como demonstram a descrição de seus objetivos e o tema escolhido, foi a construção de um plano estruturado

que articulasse as várias ações de organizações públicas e privadas com interface (direta e indireta) com as dinâmicas que caracterizam o universo da economia solidária em todo o território nacional.

A diversidade sociocultural bastante significativa com que se caracterizou a composição dessa conferência mostrou toda a heterogeneidade da economia solidária no Brasil, o que enriquece seu movimento social em termos de representatividade, mas que também pode implicar dificuldades de conciliar interesses às vezes conflitantes no tocante ao estabelecimento de prioridades.

A participação do movimento de economia solidária nos momentos de decisão do sequenciamento metodológico e das diretrizes gerais de funcionamento, e posteriormente em cada uma de suas etapas de realização, demonstrou não apenas o compromisso com a temática em si, mas também a valorização desse espaço institucional como algo a ser disputado de fato, seja como instrumento de construção de pactuações e consensos, seja como local de explicitação de contradições e divergências de posicionamentos. Certamente, mais do que o PNES em si, a construção interativa e dialógica de todo o processo foi, por si própria, o principal resultado a ser destacado, dado seu potencial de aprendizado democrático e de aproximação estratégica de públicos diferenciados em torno de causas similares de ação coletiva.

SUMÁRIO EXECUTIVO